

## O Fundamento Ativo do Conhecimento\*

*Ludwig von Mises*\*\*

**Resumo:** O autor discute a ação humana seu campo nas ciências sociais como contrastado às ciências naturais, refuta uma ciência unificada por ser inatingível, explica a Praxeologia e a História, bem como suas características lógicas, como sendo os dois ramos da ação humana e, por fim, o método timológico

**Palavras-chave:** Epistemologia, Praxeologia, Ação Humana, Timologia.

### The Activistic Basis of Knowledge

**Abstract:** The author discusses the human action, its fields in the social sciences as opposed to the natural sciences, refutes a unified science as unattainable, and explains Praxeology and History, as well as their logical character, as the two branches of human action and, finally, the Thymological Method.

**Keywords:** Epistemology, Praxeology, Human Action, Timology.

**Classificação JEL:** B4; B41; B53

---

\* Texto publicado pela primeira vez em inglês no ano de 1962 como segundo capítulo do livro *The Ultimate Foundations of Economic Science*. A presente tradução foi feita a partir da seguinte edição: MISES, Ludwig von. Some Preliminary Observations Concerning Praxeology Instead of an Introduction. In: **The Ultimate Foundation of Economic Science**. (Pref. de Israel Kirzner). 3ª ed. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education. 2002. p. 35-52.

Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

\*\* **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, atualmente na Ucrânia e na época parte do território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

## I - HOMEM E AÇÃO

O traço característico do homem é a ação. O homem visa mudar algumas das condições de seu ambiente para substituir um conjunto de situações menos condizentes por uma situação que mais lhe convenha. Todas as manifestações de vida e de comportamento com relação às quais o homem difere de outros seres e coisas conhecidas são instâncias de ação e somente podem ser tratadas com o que podemos chamar de um ponto de vista ativo. O estudo do homem, posto que não seja biologia, começa e termina com o estudo da ação humana.

A ação é uma conduta intencional. Não é apenas conduta, mas condutas geradas por juízos de valor, visando um fim definido e guiadas por ideias relativas à adequação ou inadequação de determinados meios. É impossível lidar com isso sem as categorias da causalidade e da finalidade. É conduta consciente. É escolha, é volição; é a demonstração da vontade.

A ação é, por vezes, vista como uma variação humana da luta pela sobrevivência comum a todos os seres vivos. No entanto, o termo "luta pela sobrevivência" como aplicada aos animais e às plantas é uma metáfora. Seria um erro inferir o que fosse desse uso. Ao aplicar literalmente o termo *luta* aos animais e plantas, estaríamos dotando-lhes do poder de tomar ciência dos fatores que ameaçam a existência, da vontade de preservar a própria integridade, e da faculdade mental de encontrar os meios de sua preservação.

Visto de uma perspectiva ativa, o conhecimento é uma ferramenta da ação. Sua função é informar ao homem como deve proceder nos seus empreendimentos para remover a intranquilidade. Nos estágios mais turbulentos da evolução do homem, das condições da era da pedra àquelas da época do capitalismo moderno, a inquietude também é sentida pela mera prevalência da ignorância a respeito da natureza e do significado de todas as coisas, não importando se o conhecimento desses fundamentos seria de uso prático para qual-

quer planejamento tecnológico. Viver em um universo cuja estrutura não é familiar para a pessoa, gera um sentimento de ansiedade. Livrar-se dessa angústia e conferir certeza aos homens sobre as coisas últimas tem sido, desde o início, a preocupação da religião e da metafísica. Mais tarde, a filosofia do Iluminismo e as escolas subsidiárias prometeram que as ciências naturais solucionariam todos os problemas envolvidos. De qualquer modo, é fato que preocupar-se com a origem e a essência das coisas, a natureza do homem e seu papel no universo, é uma das preocupações de muitas pessoas. Visto desse ângulo, a simples busca do conhecimento, não motivada pelo desejo de melhorar as condições exteriores da vida, também é ação, isto é, um esforço para obter um conjunto mais desejável de situações.

Outra questão é se a mente humana está adaptada para a plena solução dos problemas relacionados. Pode ser questionado se a função biológica da razão é ajudar o homem em sua luta pela sobrevivência e para a eliminação do desconforto. Qualquer passo além dos limites esboçados por essa função, dizem, leva a fantásticas especulações místicas que não são passíveis de demonstração ou de refutação. A onisciência sempre é negada ao homem. Cada busca pela verdade deve, cedo ou tarde, mas inevitavelmente, levar a um dado irreduzível<sup>1</sup>.

A categoria da ação é a categoria fundamental do conhecimento humano. Abrange todas as categorias da lógica e a categoria da regularidade e da causalidade. Indica a categoria de tempo e a de valor. Envolve todas as manifestações específicas da vida humana como distintas das manifestações da estrutura fisiológica que o homem compartilha com outros animais. Ao agir, a mente do indivíduo se vê como algo diferente do meio, do mundo exterior e tenta estudar esse mesmo ambiente

---

<sup>1</sup> Ver: MISES, Ludwig von. *Necessity and Volition. The Ultimate Foundation of Economic Science*. (Prof. de Israel Kirzner). 3ª ed. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education. 2002. p. 53.

para influenciar o curso dos acontecimentos que nele se dão.

## II - FINALIDADE

O que distingue o campo da ação humana do campo dos acontecimentos exteriores como os investigados pelas ciências naturais é a categoria da finalidade. Não sabemos de quaisquer causas finais que operem no que chamamos natureza. Sabemos, todavia, que o homem visa determinados objetivos escolhidos. Nas ciências naturais buscamos as relações constantes entre vários acontecimentos. Ao lidar com a ação humana, buscamos os fins que o ator quer ou quis alcançar e procuramos o resultado que sua ação acarretou ou irá acarretar.

A clara distinção entre um campo da realidade sobre o qual o homem nada mais pode aprender senão aquilo que é descrito por uma regularidade concatenada e pela sucessão de acontecimentos, e um campo em que os esforços intencionais em busca dos fins escolhidos são conquistas de uma longa evolução. O homem, ele mesmo um ser agente, estava primeiramente inclinado a explicar todos os acontecimentos como manifestações da ação de seres que vivem de um modo que não é essencialmente diferente do nosso. O animismo imputa a todas as coisas do universo a faculdade de ação. Quando a experiência fez com que as pessoas abandonassem essa crença, ainda presumia-se que Deus ou a natureza agisse de modo não diferente da ação humana. A emancipação desse antropomorfismo é um dos fundamentos epistemológicos da ciência natural moderna.

A filosofia positivista, que atualmente arroga-se o título de filosofia científica, acredita que essa rejeição do finalismo pelas ciências naturais significa a refutação de todas as doutrinas teológicas, bem como a dos ensinamentos das ciências da ação humana. Alega que as ciências naturais podem resolver todos os “enigmas do universo” e oferecem uma resposta supostamente científica

para todas as questões que possam afligir a humanidade.

No entanto, as ciências naturais não contribuíram em nada para o esclarecimento dos problemas com os quais a religião tenta lidar. O repúdio do antropomorfismo ingênuo que imaginou um ser supremo como um ditador ou um relojoeiro foi um feito da Teologia e da Metafísica. Com relação à doutrina de que Deus é totalmente diferente do homem e que sua essência e natureza não podem ser apreendidas pelo homem mortal, as ciências naturais e a filosofia que delas derivam nada têm a dizer. O transcendente está além da região em que a física e a fisiologia nos informam. A lógica não pode provar nem refutar o núcleo das doutrinas teológicas. Tudo o que a ciência – salvo a história – pode fazer com relação a isso é expor as falácias das mágicas, superstições fetichistas e suas práticas.

Ao negar a autonomia das ciências da ação humana e a categoria de causas finais, o positivismo manifesta um postulado metafísico que não pode substanciar-se com nenhuma das descobertas dos métodos experimentais das ciências naturais. É um passatempo injustificado aplicar à descrição do comportamento do homem os mesmos métodos que as ciências naturais aplicam ao lidar com o comportamento dos ratos ou do ferro. Os mesmos acontecimentos exteriores produzem em homens diferentes e nos mesmos homens em épocas diferentes, reações diversas. As ciências naturais ficam desamparadas diante dessa “irregularidade”. Seus métodos só podem lidar com acontecimentos que sejam regidos por padrões regulares. Além disso, não há espaço algum para concepções de significado, avaliação e finalidade.

## III - AVALIAÇÃO

Avaliar é uma reação emocional do homem aos vários estados de seu meio, tanto o mundo externo quanto as condições psicológicas do próprio corpo. O homem distingue entre estados mais e menos desejáveis, como

dizem os otimistas, ou entre males maiores ou menores, como os pessimistas estão prontos a dizer. O homem age quando acredita que a ação pode resultar na substituição de um estado menos desejável por um mais desejável.

O fracasso das tentativas de aplicar os métodos e os princípios epistemológicos das ciências naturais aos problemas da ação humana é motivado pelo fato de tais ciências não possuírem ferramenta para lidar com a avaliação de valor. Na esfera do fenômeno que estudam não há espaço para nenhum comportamento intencional. O próprio físico e sua pesquisa em Física são entidades fora da órbita que investiga. Os julgamentos de valor não podem ser percebidos por atitudes observacionais do experimentador e não podem ser descritos pelas sentenças protocolares da linguagem da Física. No entanto são, também da perspectiva das ciências naturais, um fenômeno verdadeiro, pois um elo necessário na corrente de acontecimentos que produzem um determinado fenômeno físico.

O físico pode, hoje, rir da doutrina que interpreta certos fenômenos como efeito de um *horror vacui*. Falha, todavia, em perceber que os postulados do panfysicalismo não são menos ridículos. Se eliminarmos qualquer referência a juízos de valor, é impossível dizer alguma coisa sobre as ações do homem, isto é, sobre todo o comportamento que não é simplesmente a consumação de processos fisiológicos que ocorrem no corpo humano.

#### IV - A QUIMERA DA CIÊNCIA UNIFICADA

O propósito de todos os tipos de positivismo é silenciar as ciências da ação humana. Para o bem da argumentação, devemos nos abster de analisar as contribuições do positivismo para a epistemologia das ciências naturais tanto com relação à originalidade quanto à solidez. Nem devemos ter de nos estender demasiadamente nos motivos que incitaram os ataques apaixonados de autores positivistas aos “procedimentos anticientíficos” da Economia e da História. Advogam certas re-

formas políticas, econômicas e culturais que, acreditam, trará a salvação da humanidade e estabelecerão a felicidade eterna. Como não podem refutar a crítica devastadora que seus planos fantásticos recebem por parte dos economistas, querem suprimir a “ciência triste”.

O problema se o termo “ciência” deva ser aplicado somente às ciências naturais ou também à Praxeologia e à História é meramente linguístico e a solução difere nos usos das diferentes línguas. Em inglês, o termo ciência, para muitas pessoas refere-se somente às ciências naturais<sup>2</sup>. No alemão é costume falar de *Geschichtswissenschaft* e a denominar vários ramos da História de *Wissenschaft*, tais como *Literaturwissenschaft*, *Sprachwissenschaft*, *Kunstwissenschaft*, *Kriegswissenschaft*. Poderíamos refutar o problema como algo meramente verbal, como uma tergiversação vazia a respeito de palavras.

Auguste Comte (1798-1857) postulava que ciência empírica da Sociologia, modelada com base na Mecânica Clássica, deveria lidar com as leis da sociedade e com os fatos sociais. As muitas centenas de milhares de adeptos de Comte denominam-se sociólogos e publicam, em livros, contribuições à Sociologia. Na verdade, lidam com vários capítulos da história até então mais ou menos negligenciados e, em geral, agem de acordo com os métodos consagrados da pesquisa histórica e etnológica. É irrelevante se mencionam no título de seus livros o período e a área geográfica com que trabalham. Os estudos “empíricos” sempre necessariamente se referem a uma determinada época da história e descrevem um fenômeno que passa a existir, mudar e desaparecer

<sup>2</sup> Na obra *The Idea of History* (Oxford: Oxford University Press, 1946), afirma R. G. Collingwood (1889-1943): “Há um emprego coloquial, como aquele em que ‘hall’ significa ‘music hall’ [sala de música] ou ‘pictures’, ‘moving pictures’ [filmes de cinema], segundo o qual ‘ciência’ significa ‘ciência natural’”. No entanto, “na tradição do modo de falar europeu [...] ininterrupta até os dias de hoje, a palavra ‘ciência’ significa qualquer conjunto de conhecimentos organizado” (p. 249). Sobre o uso francês, ver: LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 5ª. Ed., 1947. p. 933-40.

no fluxo do tempo. Os métodos das ciências naturais não podem ser aplicados ao comportamento humano, pois esse comportamento, além daquilo que o qualifica como ação humana e é estudado pela ciência apriorística da Praxelogia, carece da peculiaridade que caracteriza os acontecimentos no campo das ciências naturais, a saber, a regularidade.

Não há como confirmar ou rejeitar pelo raciocínio discursivo as ideias metafísicas que estão na base do programa ruidosamente anunciado de “Ciência Unificada” como apresentada por Otto Neurath (1882-1945) na *International Encyclopedia of Unified Science* [Enciclopédia Internacional de Ciência Unificada], a sagrada escritura do Positivismo Lógico, do panfiscalismo e do empirismo intolerante. Paradoxalmente, tais doutrinas, que começaram de uma rejeição radical à história, pedem-nos que olhemos todos os acontecimentos como parte da questão subordinada de uma história cósmica abrangente. O que sabemos a respeito dos acontecimentos naturais, por exemplo, o comportamento do sódio e das alavancas, pode, como dizem, ser válido somente para um determinado período de agregação cósmica em que nós e as gerações mais antigas de cientistas viveram. Não há motivo algum para atribuir a afirmações químicas ou mecânicas “qualquer tipo de universalidade” em vez de tratá-las como afirmações históricas<sup>3</sup>. Vistas por essa perspectiva, as ciências naturais tornam-se um capítulo da história cósmica. Não há conflito entre fisicalismo e história cósmica.

Devemos admitir que nada sabemos sobre as condições num período de história cósmica para o qual as afirmações daquilo que, em nosso período, chamamos de ciências naturais não mais serão válidos. Ao falar sobre ciência e conhecimento temos em mente apenas as condições que nosso viver, pensar e agir permitem investigar. Aquilo que está

além das condições de tal estado de coisas – talvez, temporalmente limitado – é, para nós, uma região desconhecida e incognoscível. Nesse setor do universo que é acessível às mentes investigativas vigora um dualismo na sucessão e na concatenação dos acontecimentos. Existe, por um lado, o campo dos acontecimentos externos, a respeito dos quais podemos aprender que aí predominam entre eles constantes relações mútuas, e há o campo da ação humana, sobre o qual nada podemos aprender sem recorrer à categoria da finalidade. Todas as tentativas de desconsiderar esse dualismo são ditadas por predisposições metafísicas arbitrárias, geram apenas disparates, e são inúteis para a ação prática.

A diferença que existe em nosso meio entre o comportamento do sódio e o de um autor que, nos escritos, refere-se ao sódio não pode ser destruída sem nenhuma referência à possibilidade de que certa vez houve ou haverá, nos períodos futuros da história cósmica, condições sobre as quais nada sabemos. Todo o nosso conhecimento deve levar em conta o fato de que, com relação ao sódio, nada sabemos sobre as causas finais que regem seu comportamento, ao passo que sabemos que o homem, por exemplo, ao escrever um ensaio sobre o sódio, visa determinada finalidade. As tentativas do behaviorismo (ou dos “behavioristas”)<sup>4</sup> de lidar com a ação humana segundo um padrão de estímulo-resposta fracassaram lamentavelmente. É impossível descrever qualquer ação humana se não tomarmos como referência o significado que o ator vê no estímulo, bem como no fim pretendido por sua resposta.

Também conhecemos a finalidade que impele os defensores de todos esses modismos que, hoje em dia, são alardeados sob a égide de Ciência Unificada. Seus autores são levados pelo complexo ditatorial. Querem tratar dos homens da maneira como os engenheiros tratam dos materiais com que constroem casas, pontes e máquinas. Querem substituir as ações dos cidadãos pela “engenharia so-

---

<sup>3</sup> NEURATH, Otto. Foundations of the Social Sciences. In: **International Encyclopedia of Unified Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1952. Vol. II, n. 1, p. 9.

---

<sup>4</sup> Idem., *Ibidem.*, p. 17.

cial” e por seus próprios planos abrangentes e completos para as demais pessoas. Veem-se no papel do ditador – o *duce*, o *fiiher*, o *czar* da produção – em cujas mãos todos os outros espécimes de humanos são meros peões. Caso refiram-se à *sociedade* como um agente ativo, referem-se a eles mesmos. Caso digam que a ação consciente da sociedade deve ser substituída pela anarquia predominante do individualismo, querem indicar tão somente as próprias consciências e a de mais ninguém.

## V - OS DOIS RAMOS DAS CIÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA

Há dois ramos das ciências da Ação Humana: de um lado, a Praxeologia, e, de outro, a História.

A Praxeologia é *a priori*. Começa de uma categoria *a priori* de ação e dela faz desdobrar tudo o que contém. Por motivos práticos, a Praxeologia, de regra, não presta muita atenção àqueles problemas que não servem para o estudo da realidade da ação do homem, mas restringe sua atividade aos problemas necessários para a elucidação daquilo que acontece na realidade. Seu propósito é lidar com a ação nas condições que o homem de ação tem de enfrentar. Isso não altera o caráter apriorístico da Praxeologia, apenas circunscreve o campo que os praxeologistas individuais costumemente escolhem para trabalhar. Referem-se à experiência somente para separar aqueles problemas que são de interesse para o estudo do homem como realmente é e age a partir de outros problemas que oferecem mero interesse acadêmico. A resposta à pergunta se determinados teoremas da Praxeologia se aplicam a um determinado problema de ação depende de determinar se as hipóteses que caracterizam tal teorema possuem algum valor para a cognição da realidade. Certamente, isso não depende da resposta à questão de se essas afirmações correspondem ou não ao real estado de coisas que os praxeologistas querem pesquisar. As construções imaginárias são as

principais – ou, como alguns preferiram dizer, as únicas – ferramentas mentais da Praxeologia para descrever condições que nunca podem estar presentes na realidade das ações. São indispensáveis, todavia, na concepção do que está ocorrendo na realidade. Até mesmo os mais fanáticos defensores de uma interpretação empiricista dos métodos da Economia empregam a construção imaginária de uma economia uniformemente circular (equilíbrio estático), muito embora tal estado de coisas, humanamente, nunca possa acontecer<sup>5</sup>.

Na esteira da análise de Immanuel Kant (1724-1804), os filósofos perguntaram-se: Como a razão humana, ao pensar aprioristicamente, lida com a realidade do mundo exterior? No que diz respeito à Praxeologia, a resposta é óbvia. Ambos, tanto o pensamento apriorístico, de um lado, e o raciocínio e a ação humana, de outro, são manifestações da razão humana. A estrutura lógica da razão humana cria a realidade da ação. Razão e ação são congêneres e homogêneas, dosi aspectos de um mesmo fenômeno. Nesse sentido, podemos empregar a máxima de Empédocles de Agrigento (495/490-435/430 a.C.): γνῶσις τοῦ ὁμοίου τῷ ὁμοίῳ [o conhecimento do igual se faz pelo igual]<sup>6</sup>.

Alguns autores levantaram a questão um tanto superficial de como o praxeologista reagiria a uma experiência que contradissesse os teoremas de sua doutrina apriorística. A resposta é: da mesma maneira que um matemático reagirá à “experiência” de que não há diferença entre duas maçãs e sete maçãs ou um lógico à “experiência” de que A e não-A são idênticos. A experiência no âmbito da ação humana pressupõe a categoria de ação humana e tudo o que dela derive. Se não houver referência ao sistema do *a priori* praxeoló-

<sup>5</sup> MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª Ed., 2010. p. 300-07.

<sup>6</sup> ARISTÓTELES. *Metafísica*. III, 4, 1000b. [Utilizamos aqui a versão portuguesa da doxografia de Empédocles publicada na seguinte edição brasileira: BORNHEIM, Gerd A. (Org.). *Os Filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Cultrix, 7ª edição, 1991. p. 84. (N. do T.)].

gico, não é possível falar de ação, mas apenas de acontecimentos que devem ser descritos em termos de ciências naturais. Estar cômico dos problemas que interessam às ciências da ação humana está condicionado pela familiaridade com as categorias *a priori* da Praxeologia. De modo incidental, também podemos observar que qualquer experiência no campo da ação humana é especificamente uma experiência histórica, isto é, a experiência de um fenômeno complexo, que nunca pode falsificar nenhum teorema da maneira como pode fazer uma experiência de laboratório com relação às afirmações das ciências naturais.

Até agora, a única parte da Praxeologia que evoluiu para um sistema científico foi a Economia. Um filósofo polonês, Tadeusz Kotarbinski (1886-1981), tentou desenvolver um novo ramo da Praxeologia, a teoria praxeológica do conflito e da guerra, em oposição à teoria da cooperação ou econômica<sup>7</sup>.

Outro ramo das ciências da ação humana é a História. Abrange a totalidade daquilo que é experimentado acerca da ação humana. É o registro metodicamente organizado da ação humana, a descrição dos fenômenos como ocorreram, a saber, no passado. O que distingue as descrições da História das feitas pelas ciências naturais é que não são interpretadas à luz da categoria da regularidade. Quando um físico diz: Se A encontra B, o resultado é C, ele quer, não importa o que digam os filósofos, afirmar que C emergirá quando e onde A encontrar B em condições análogas. Quando o historiador refere-se à Batalha de Canas, em 216 a.C., sabe que está falando do passado

e que essa determinada batalha nunca mais ocorrerá novamente.

A experiência é uma atividade mental uniforme. Não existem dois ramos diferentes de experiência um que sirva às ciências naturais e o outro à pesquisa histórica. Todo o ato de experiência é uma descrição do que aconteceu em termos do preparo lógico e praxeológico do observador e de seu conhecimento de ciências naturais. É a postura do observador que interpreta a experiência adicionando a ela o próprio estoque de fatos experimentados anteriormente acumulados. O que distingue a experiência do historiador da experiência do naturalista e do físico é a busca pelo significado que o acontecimento teve ou tem para aqueles que acarretaram ou foram afetados por tal acontecimento.

As ciências naturais não sabem nada sobre causas finais. A finalidade da praxeologia é a categoria fundamental, mas a praxeologia abstrai do conteúdo concreto dos fins visados pelos homens. É a História que lida com fins concretos pois sua principal questão é: Qual significado os atores davam à situação em que se encontravam?; qual o significado de sua reação?; e, por fim, qual o resultado dessas ações? A autonomia da História ou, digamos, das várias disciplinas históricas consiste na dedicação ao estudo do significado.

Talvez não seja demais enfatizar novamente que quando os historiadores dizem “significado”, referem-se ao significado que os homens individuais – os próprios atores e aqueles afetados por suas ações ou os historiadores – viam nas ações. A história como tal nada tem em comum com a perspectiva das filosofias da história que pretendem conhecer o significado que Deus ou um semideus – tais como as forças produtivas materiais no plano de Karl Marx (1818-1883) – dá aos vários acontecimentos.

## VI - A CARACTERÍSTICA LÓGICA DA PRAXEOLOGIA

Praxeologia é *a priori*. Todos os seus teoremas são produtos do raciocínio dedutivo que começa da categoria da ação. As questões

<sup>7</sup> KOTARBINSKI, Tadeusz. *Considérations sur la théorie générale de la lutte*. In: **Z zagadnień ogólnej teorii walki**. Varsóvia: Sekc. Psycholog. Tow. Wiedzy Wojskowej, 1938. p. 65-92; Idem, *Idée de la méthodologie générale praxeologie*. In: **Travaux du IXe Congrès International de Philosophie**. Paris: Hermann et cie, 1937. IV, p. 190-94. A teoria dos jogos não faz nenhuma referência à teoria da ação. É claro, jogar algo é ação, mas igualmente o é fumar um cigarro ou morder um sanduíche. Ver: MISES. *On Some Popular Errors Concerning the Scope and Method of Economics*. In: **The Ultimate Foundation of Economic Science**. p. 87ss.

de se os juízos da praxeologia devem ser chamados analíticos ou sintéticos e se procedimento deve ou não ser qualificado como “meramente” tautológico, são apenas de interesse verbal.

O que a praxeologia assevera, em geral, com relação à ação humana é estritamente válido sem exceção para toda ação. Há a ação e a ausência de ação, mas não existe nada no intervalo. Cada ação é uma tentativa de mudar um conjunto de situações, e tudo o que a praxeologia afirma com relação à troca refere-se estritamente a isso. Ao lidar com todas as ações encontramos os conceitos fundamentais, os fins e os meios, o sucesso ou o fracasso, o lucro ou a perda, os custos. Uma troca pode ser direta ou indireta, isto é, realizada pela interposição de um estágio intermediário. Se uma determinada ação foi uma troca indireta tem de ser determinada pela experiência, mas se foi uma troca indireta, então tudo o que a praxeologia diz a respeito de troca indireta, em geral, aplica-se ao caso.

Cada teorema da praxeologia é deduzido por raciocínio lógico da categoria da ação. Faz parte da certeza apodíctica conferida pelo raciocínio lógico que parte de uma categoria *a priori*.

Na cadeia de raciocínio praxeológico, o praxeólogo introduz certas hipóteses a respeito das condições do ambiente em que ocorre a ação. Tenta descobrir como essas condições especiais afetam o resultado ao qual o raciocínio deve conduzir. A questão de se as condições reais do mundo exterior correspondem ou não a essas hipóteses deve ser respondida pela experiência, mas se a resposta é afirmativa, todas as conclusões derivadas de um raciocínio praxeológico logicamente correto descrevem estritamente o que ocorre na realidade.

## VII - A CARACTERÍSTICA LÓGICA DA HISTÓRIA

História no sentido mais amplo do termo é a totalidade da experiência humana. História é experiência, e toda experiência é

histórica. A história também abrange toda a experiência das ciências naturais. O que caracteriza as ciências naturais como tais é o fato de que abordam o material da experiência com a categoria de uma regularidade estrita na sucessão de acontecimentos. História no sentido estrito do termo, isto é, a totalidade da experiência a respeito da ação humana não deve referir-se e não se refere a essa categoria. Isso a distingue epistemologicamente das ciências naturais.

Experiência é sempre experiência do passado. Não há experiência e não há história do futuro. Seria desnecessário repetir esse truísmo caso não fosse pelo problema da previsão dos negócios pelos estatísticos, sobre os quais falaremos mais adiante<sup>8</sup>.

História é o registro das ações humanas. Demonstra o fato de que os homens, inspirados por determinadas ideias, fazem determinados juízos de valor, escolhem determinados fins, e lançam mão de determinados meios para obter os fins escolhidos e lida, além disso, com os resultados das ações, o conjunto de situações que a ação acarretou.

O que distingue as ciências da ação humana das ciências naturais não são os acontecimentos investigados, mas o modo como são vistos. O mesmo evento parece diferente quando visto à luz da história e quanto visto à luz da física e da biologia. O que interessa ao historiador em um caso de assassinato ou em um incêndio não é o que interessa ao fisiologista ou ao químico, caso não estejam agindo como peritos de um tribunal. Para o historiador os acontecimentos do mundo exterior que são estudados pelas ciências naturais contam apenas no que afetam a ação humana ou por ela são produzidos.

O dado último na história é chamado individualidade. Quando o historiador alcança o ponto além do qual não pode mais seguir adiante, refere-se à individualidade. “Explica” um acontecimento – a origem de uma ideia

---

<sup>8</sup> Ver: MISES, Ludwig von. Certainty and Uncertainty. In: *The Ultimate Foundation of Economic Science*, p. 67.



ou a realização de uma ação – ao remontar à atividade de um homem ou de uma multidão de homens. Aqui, enfrenta a barreira que faz com que as ciências naturais não tenham de lidar com as ações dos homens, a saber, nossa inabilidade de aprender como determinados acontecimentos exteriores produzem determinadas reações nas mentes dos homens, ou seja, ideias e vontades.

Foram feitas tentativas inúteis de reportar as ações humanas aos fatores que podem ser descritos pelos métodos das ciências naturais. Salientando o fato de que o desejo de preservar a própria vida e propagar a própria espécie está registrado em toda criatura, fome e sexo foram proclamados como os primeiros ou mesmo como as únicas fontes da ação humana. No entanto, não podemos negar que predominam diferenças consideráveis entre a maneira com que esses impulsos biológicos afetam o comportamento do homem e de seres não humanos e que o homem, além de querer satisfazer seus impulsos animais, também está decidido a alcançar outras finalidades que são especificamente humanas e, portanto, normalmente os denomina como fins mais elevados. Que a estrutura psicológica do corpo humano – primeiramente, todos os apetites do estômago e das glândulas sexuais – afetam as escolhas do agente, isso nunca foi esquecido pelos historiadores. Afinal, o homem é um animal, mas um animal que age; escolhe entre finalidades conflitantes. É precisamente esse o tema tanto da praxeologia quanto da história.

## VIII - O MÉTODO TIMOLÓGICO

O ambiente em que o homem age é moldado pelos eventos naturais, por um lado, e pela ação humana, de outro. Os planos de futuro serão codeterminados pelas ações das pessoas que estão planejando e agindo como esse homem. Se quiser ser bem-sucedido, deve antecipar as condutas dos demais.

A incerteza do futuro é causada não só pela incerteza a respeito das ações futu-

ras das outras pessoas, mas também pelo conhecimento insuficiente acerca de muitos acontecimentos naturais que são importantes para a ação. A meteorologia oferece alguma informação sobre os fatores que determinam as condições atmosféricas, mas esse conhecimento, na melhor das hipóteses, permite ao especialista prever o tempo com alguma probabilidade por poucos dias, nunca para períodos mais longos. Existem outros campos em que o conhecimento antecipado do homem é ainda mais limitado. Tudo o que o homem pode fazer com essas condições insuficientemente conhecidas é utilizar o que as ciências naturais lhe deram, não importando quão pouco isso possa ser.

Radicalmente diferente dos métodos aplicados ao lidar com acontecimentos naturais são aqueles aos quais recorre o homem ao prever a conduta dos outros homens. A filosofia e a ciência, por um longo período, prestaram pouca atenção a esses métodos. Eram considerados como não científicos e não mereciam atenção dos pensadores sérios. Quando os filósofos começaram a lidar com eles, chamaram-nos psicológicos. Esse termo, todavia, tornou-se inapropriado quando as técnicas da psicologia experimental evoluíram e quase tudo o que a geração anterior chamara de psicologia foi completamente rejeitado como anticientífico ou atribuído a uma classe de atividades denominada, com desdém, de “mera literatura” ou “psicologia literária”. Os defensores da psicologia experimental estavam confiantes que, um dia, seus experimentos de laboratório dariam a solução científica de todos os problemas sobre os quais, diziam, as ciências tradicionais do comportamento humano balbuciavam conversas infantis ou metafísicas.

De fato, a psicologia experimental nada tem a dizer e nunca disse nada sobre os problemas que as pessoas têm em mente quando se referem à psicologia em relação às ações dos demais homens. O problema primário e central de uma “psicologia literária” é significativo, algo que é inaceitável para qualquer ciência natural e quaisquer atividades de la-

boratório. Ao passo que a psicologia experimental é um ramo das ciências naturais, a “psicologia literária” lida com as ações humanas, a saber, com ideias, juízos de valor e desejos que determinam a ação. Como o termo “psicologia literária” é um tanto pesado e não permite formar um adjetivo correspondente, sugiro que seja substituído pelo termo timologia<sup>9</sup>.

A timologia é um ramo da história ou, como R. G. Collingwood (1889-1943) formulou, pertence à “esfera da história”<sup>10</sup>. Lida com as atividades mentais dos homens que determinam suas ações. Lida com os processos mentais que resultam em um determinado tipo de comportamento, com as reações da mente às condições do ambiente do indivíduo. Lida com algo invisível e intangível que não pode ser percebido pelos métodos das ciências naturais, mas essas ciências devem admitir que tal fator deve ser conside-

rado como real também sob seus pontos de vista, como um elo em uma cadeia de acontecimentos que resulta em mudanças na esfera da descrição que consideram como campo específico dos estudos.

Ao analisar e derrubar as afirmações do positivismo de Comte, um grupo de filósofos e historiadores conhecidos como a *Südwest-deutsche Schule*<sup>11</sup> elaborou a categoria da compreensão (*Verstehen*) que já, de modo menos explícito, fora familiar a autores mais antigos. Esse entendimento específico das ciências da ação humana destina-se a determinar os fatos que os homens atribuem um significado definitivo para o estado de seu meio, que valoram tal estado e, motivados por tais julgamentos de valor, recorrem a determinados meios para preservar ou obter certo conjunto de situações diferente daquele que preponderaria caso tivessem evitado qualquer reação intencional. Compreender negociações com julgamentos de valor, com escolhas dos fins e dos meios

<sup>9</sup> MISES, Ludwig von. *Psychology and Thymology. In: Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution*. New Rochelle: Arlington House, 1969. p. 264-284.

<sup>10</sup> Quando, em 1863, Hippolyte Taine (1828-1893) escreveu “*L’histoire au fond est un problème de psychologie*” [a história é no fundo um problema psicológico], na *Histoire de la littérature anglaise* (Paris: L. Hachette et cie, 10ª edição, 1899. Vol. I, Introduction, p. xlv), não percebeu que o tipo de psicologia que tinha em mente não era a ciência natural chamada psicologia experimental, mas o tipo de psicologia denominada Timologia, que é, por si mesma, uma disciplina histórica, uma *Geisteswissenschaft* na terminologia de Wilhelm Dilthey (1833-1911) na obra *Einleitung in die Geisteswissenschaften* (Leipzig: Duncker and Humblot, 1883). Na já citada *The Idea of History*, R. G. Collingwood faz a distinção entre “*pensamento histórico*”, que “*estuda o agir da mente de determinadas maneiras em determinadas situações*”, e o outro modo problemático de estudar a mente, a saber, ao “*investigar suas características gerais abstratamente de qualquer situação ou ação em particular*”. Essa última “*não seria história, mas ciência mental, psicologia ou filosofia da mente*” (p. 221). Tal é uma “*ciência mental positiva, como elevou-se acima da esfera da história e estabeleceu leis permanentes e imutáveis da natureza humana*”, assinala Collingwood, é “*possível somente a quem confunde as condições transitórias de determinado período histórico com as condições permanentes da vida humana*” (p. 224).

<sup>11</sup> Corrente do neokantismo ou neocriticismo mais conhecida como Escola de Baden, que junto com a chamada Escola de Marburgo, propunha o retorno aos princípios filosóficos de Immanuel Kant, opondo-se tanto ao idealismo objetivo apregoado pela metafísica de G. W. F. Hegel (1770-1831) e de seus discípulos quanto à concepção absoluta de ciência defendida pelo positivismo e por diversas outras formas de cientificismo. Os pensadores da Escola de Marburgo enfatizavam a lógica e a epistemologia, ao passo que os da Escola de Baden se voltavam principalmente para a cultura e os valores. Dentre os autores da Escola Baden se destacam Wilhelm Windelband (1848-1915), Heinrich Rickert (1863-1936) e Ernst Troeltsch (1865-1923). De certa forma, os trabalhos do filósofo da Escola de Marburgo, Ernst Cassirer (1874-1945), apresentam uma síntese das duas vertentes no neokantismo. Os postulados filosóficos do neocriticismo da Escola de Baden e da Escola de Marburgo influenciaram diferentes correntes contemporâneas de pensamento, como a Fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938), a sociologia de Georg Simmel (1858-1918) e de Max Weber (1864-1920), o revisionismo marxista de Eduard Bernstein (1850-1932), o pensamento político de Leo Strauss (1899-1973) e de Eric Voegelin (1901-1985), as teorias do conhecimento de Susanne Langer (1895-1985) e de Bernard Lonergan S.J. (1904-1984), e a epistemologia apriorista da Escola Austríaca de Economia, principalmente nos trabalhos de Ludwig von Mises (N. do T.).

para a obtenção desses fins, e com avaliação do resultado das ações executadas.

Os métodos de pesquisa científica não são categoricamente diferentes desses procedimentos aplicados por todos nos mundanos comportamentos diários. São apenas mais refinados e, na medida do possível, são purificados de inconsistências e contradições. A compreensão não é um método procedimental característico somente de historiadores. É praticado por crianças logo que ultrapassam o estágio meramente vegetativo dos primeiros dias e semanas. Não existe resposta consciente do homem a qualquer estímulo que não seja dirigida pelo entendimento.

A compreensão pressupõe e sugere uma estrutura lógica da razão humana com todas as categorias *a priori*. A lei biogenética representa a ontogenia do indivíduo como uma recapitulação abreviada da filogenia da espécie. De maneira análoga, podemos descrever mudanças na estrutura intelectual. A criança recapitula no desenvolvimento pós-natal a história da evolução intelectual da humanidade<sup>12</sup>. O lactente torna-se timologicamente humano quando começa a despontar, de modo sutil, em sua mente que um determinado fim pode ser alcançado por um determinado modo de conduta. Os animais não-humanos nunca vão além de impulsos instintivos e reflexos condicionados.

O conceito de compreensão foi elaborado pela primeira vez por filósofos e historiadores que desejavam refutar o descrédito positivista dos métodos da história. Isso explica por que foi inicialmente tratada apenas como uma ferramenta mental para o estudo do passado; mas os serviços que a compreensão prestou ao homem ao lançar luzes sobre o passado são somente um está-

gio preliminar na tentativa de prever o que pode ocorrer no futuro. Visto do ponto de vista prático, o homem parece estar interessado no passado somente para ser capaz de prever o futuro. As ciências naturais lidam com a experiência – que necessariamente é sempre um registro do que ocorreu no passado – porque as categorias da regularidade e da causalidade tornam tais estudos úteis como guias da ação tecnológica, que inevitavelmente sempre visará um arranjo de condições futuras. A compreensão do passado presta um serviço semelhante ao tornar a ação o mais bem sucedida possível. A compreensão busca antecipar as condições futuras tanto quanto conta com as ideias humanas, as avaliações e ações. Não há ação que possa ser planejada ou executada, a não ser para Robinson Crusoe antes de encontrar Sexta-Feira, sem uma total atenção àquilo que os outros atores homens irão fazer. Agir significa compreender as reações dos outros homens.

A antevisão de acontecimentos no âmbito explorado pelas Ciências Naturais tem por base as categorias da regularidade e da causalidade. Há algumas pontes rodoviárias que ruiriam caso um caminhão de dez toneladas as cruzassem. Não esperamos que tal carga faça ruir a ponte George Washington. Cremos firmemente nas categorias que são os fundamentos de nosso conhecimento físico e químico.

Ao lidar com as reações de nossos semelhantes não podemos confiar em tal regularidade. Pressupomos que, em geral, a vontade futura das pessoas, dadas as mesmas condições, não se desviam, salvo motivos especiais, da conduta passada. No entanto, embora saibamos ser diferentes das demais pessoas, tentamos adivinhar como elas reagirão às mudanças no meio em que vivem. Daquilo que conhecemos sobre o comportamento passado de uma pessoa, construímos um plano a respeito do que chamamos de características. Admitimos que as características não mudarão caso inexistam interferências por motivos espe-

<sup>12</sup> BROWN, R. et alli. *Language, Thought and Culture*. Ed. Paul Henle. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1958. p. 48. É claro que a analogia não é completa, assim como a imensa maioria para na evolução cultural muito antes de alcançar a eminência timológica de sua época.

ciais e, mais adiante, tentamos até mesmo prever como determinadas mudanças nas condições afetarão as reações. Comparada com a certeza aparentemente absoluta oferecida por algumas das ciências naturais, tais hipóteses e todas as conclusões delas decorrentes parecerão um tanto vacilantes; os positivistas podem ridicularizá-las como não científicas. São, contudo, a única abordagem disponível aos problemas relacionados e indispensáveis para qualquer ação a ser efetuada em um ambiente social.

A compreensão não trata do lado praxeológico da ação humana. Diz respeito aos julgamentos de valor e à escolha de fins e de meios por parte de nossos semelhantes. Não se refere ao campo da Praxeologia e da Economia, mas ao campo da História. É uma categoria timológica. O conceito de características humanas; seu conteúdo concreto em cada instância decorre da experiência histórica.

Nenhuma ação pode ser planejada e executada sem a compreensão do futuro. Mesmo a ação de um indivíduo isolado é guiada por hipóteses definidas sobre os futuros juízos de valor do agente e são, até o momento, determinados pela imagem do agente das próprias características.

O termo “especular” foi empregado originalmente para indicar qualquer tipo de meditação e formação de opinião. Atualmente, é empregado com uma conotação oprobriosa para denegrir aqueles que, numa economia de mercado capitalista, destacam por prever melhor que o homem médio as reações futuras dos seus semelhantes. A lógica desse uso semântico é vista na incapacidade das pessoas de pouca visão de notar a incerteza do futuro. Tais pessoas deixam de perceber que todas as atividades de produção visam satisfazer os desejos mais urgentes do futuro e que hoje não dispomos de nenhuma certeza sobre as condições futuras. Não estão cientes do fato de que há um problema qualitativo na provisão para o futuro. Em todos os escritos dos autores socialistas não há a menor alusão ao fato de

que um dos principais problemas da realização de atividades de produção é prever as demandas *futuras* dos consumidores<sup>13</sup>.

Toda ação é especulação, ou seja, é guiada por determinada opinião a respeito de condições incertas do futuro. Mesmo nas atividades de curto prazo essa incerteza predomina. Ninguém pode saber se algum fato inesperado não tornará infrutífero tudo o que havia previsto para o próximo dia ou para a próxima hora. ∞

---

<sup>13</sup> MISES, Ludwig von. Ideas and Interest. In: **Theory and History**. p. 140-41.

## Hayek: Epistemologia e Tensões na Tradição Austríaca

*José Manuel Moreira\**

**Resumo:** O texto aborda a originalidade do pensamento de F. A. Hayek, diferenciando-o de outros defensores da economia de mercado e, também, de seu mentor, Ludwig von Mises. Um caminho que, metodológica e epistemologicamente, se cruza com Karl Popper, bem como com a proposta de Gabriel J. Zanotti para superar o impasse epistemológico da Escola Austríaca. Defende que só a conjugação das perspectivas teórica e histórica – ao não separar inovação de tradição – nos permitirá redescobrir as bases hermenêuticas da corrente que, em tempos de crise, terá ainda mais condições para nos fazer “ver” que a história única da teoria austríaca obriga à reintegração dos dois grandes ramos desavindos: o misesiano e o hayekiano.

**Palavras-chave:** Tradição, Evolução, Razão, Intuição, Hermenêutica, Fenomenologia, Individualismo, Ação Humana, Ordem Espontânea.

### Hayek: Epistemology and Tensions in Austrian Economics

**Abstract:** The text addresses to the originality of F. A. Hayek’s thought, differentiating him from other market economy advocates and also from his mentor, Ludwig von Mises. A path that methodologically and epistemologically intersects with Karl Popper, as well as with Gabriel J. Zanotti’s proposal to overcome the epistemological impasse widespread in the Austrian School. Defending that only a combination of theoretical and historical perspectives – while does not separate the innovation and tradition – will allow us to rediscover the hermeneutic foundations of a school that in times of crisis will have further conditions to make us “see” that the unified history of Austrian theory requires the reintegration in a common body of its estranged two major branches: the Misesian and the Hayekian.

**Keywords:** Tradition, Evolution, Reason, Intuition, Hermeneutics, Phenomenology, Individualism, Human Action, Spontaneous Order.

**Classificação JEL:** B25, B41, B53, O43, P41, D83

---

\* **José Manuel Moreira** é Professor Catedrático de “Ciências Sociais e Políticas” da Universidade de Aveiro. Cursou o doutorado em Filosofia na Universidad Pontificia Comilla na Espanha e em Economia na Universidade do Porto. É membro da Mont Pelerin Society, da International Network for Economic Method, da European Business Ethics Network, da Asociación Española de Ética de la Economía e de las Organizaciones, do Conselho Acadêmico do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP) e do Conselho Editorial do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. É autor de inúmeros artigos e diversos livros, dentre eles as obras *Hayek e a História da Escola Austríaca da Economia* (Afrontamento, 1994), *Filosofia e metodologia da economia em F. A. Hayek* (Universidade do Porto, Porto, 1994), *Ética, Economia e Política* (Lello & Irmão, 1996), *O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política* (Principia, 2004) e *The Salamanca School* (Continuum, 2010).

E-mail: [jmoreira@ua.pt](mailto:jmoreira@ua.pt)

*O argumento que justifica a liberdade, ao menos a sua principal componente, reside de fato na nossa ignorância e não no nosso conhecimento.*

F. A. Hayek

Em 1936, F. A. Hayek (1899-1992) apresentou no “London Economic Club” um texto intitulado *Economic and Knowledge* [Economia e Conhecimento] que publicou no ano seguinte em *Economica*. Um ensaio que considerou como a sua “contribuição mais original, o “acontecimento decisivo” da sua “biografia intelectual”. Trata-se de uma “análise dos erros metodológicos da economia”<sup>1</sup>.

Como diz Hayek: devemos ocupar-nos de um problema de divisão do conhecimento, que é análogo ao da divisão do trabalho, e de uma importância pelo menos igual. Mas ao contrário deste último, que representou sempre um dos principais temas da investigação, desde os inícios da nossa ciência, a divisão do conhecimento tem sido completamente descuidada. Apesar disso, penso que é o problema realmente central da economia como ciência social<sup>2</sup>.

As considerações acima, feitas por Lorenzo Infantino, dão boa conta do lugar e importância fundamental desta ideia de dispersão do conhecimento por contraste com a teoria do equilíbrio geral e a sua hipótese de mercado perfeito: que todos os membros da coletividade, ainda que não sejam omniscientes em sentido estrito, conhecem pelo menos o que é relevante para harmonizar as suas decisões. Teoria que pressupõe uma situação de equilíbrio, em termos de “lógica pura”, em vez de procurar explicar como se dá a articulação real do processo de mercado.

Problema que para Hayek não se resolve supondo que todos sabemos tudo, nem muito menos, como numa economia planificada, em que alguns sabem tudo. Daí a sua denúncia

<sup>1</sup> HAYEK, F. A. *Hayek sobre Hayek*. Madrid: Unión Editorial, 1997. Obras Completas de F. A. Hayek, Vol. I, p. 79.

<sup>2</sup> INFANTINO, Lorenzo. Prólogo a la edición española. In: HAYEK, F. A. *Estudios de Filosofía, Política y Economía*. Madrid: Unión Editorial, 2007. p. 20.

da “arrogância fatal”: que implica a reconsideração dos limites da razão humana e o regresso à confiança numa ordem espontânea incentivadora da colaboração voluntária entre homens livres para criar coisas que são maiores do que as mentes individuais jamais teriam podido compreender.

Uma nova abordagem da ciência econômica que levanta cruciais problemas metodológicos e epistemológicos, e também de cariz ainda mais propriamente filosófico, que não poderão ser aqui de todo aprofundados, mas tão-só sinalizados. É o que tentaremos fazer num breve acompanhamento da aventura intelectual de Hayek, da sua luta pela liberdade e pelo verdadeiro individualismo (*versus* falso individualismo). Procurando dar conta da originalidade do seu pensamento e explicitar o que o separa de pensadores contra os quais lutou ou simplesmente não se identifica totalmente.

Para tal, depois de situar Hayek em relação ao (in)esperado colapso da economia planificada, avançaremos para o que o diferencia de outros defensores da economia de mercado e também do pensamento do seu mentor: Ludwig von Mises (1881-1973).

Um caminho onde, ao dar mais atenção aos aspectos metodológicos e epistemológicos, nos cruzaremos com Karl Popper (1902-1994), para melhor se perceber por que, em Hayek, o papel da razão é inseparável do conceito de ordem espontânea e da sabedoria “contida” na Tradição. Seguir-se-ão considerações sobre a corajosa proposta de Gabriel Zanotti para superar os conflitos que grassam na Escola Austríaca.

Terminaremos com dois pontos – “Racionalismo hayekiano e reabilitação da tradição” e “Processos de descoberta e dinâmica civilizacional” – que são de ilustração da ideia de que só uma rigorosa conjugação das perspectivas teórica e histórica permitirá redescobrir as bases hermenêuticas de uma Escola que se deverá constituir como fonte inspiradora para a reintegração no corpo comum dos seus dois grandes ramos desavindos: o misesiano e o hayekiano. Ramos de uma Escola de